

MICHELLE DOS SANTOS DINIZ

**A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS  
DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO  
SOBRE OS DETERMINANTES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública

Belo Horizonte – MG

2008

Michelle dos Santos Diniz

A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO  
PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE  
OS DETERMINANTES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito à obtenção do título de Mestre em Saúde Pública (área de concentração em Saúde e Trabalho).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ada Ávila Assunção

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Waleska Teixeira Caiaffa

BELO HORIZONTE

2008

Diniz, Michelle dos Santos

D583p A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-

Escola Belo Horizonte [manuscrito]; um estudo sobre os determinantes

sócio-demográficos. /Michelle dos Santos Diniz. - - Belo Horizonte: 2008.

59f. : il.

Orientadora: Ada Ávila Assunção.

Co-orientadora: Waleska Teixeira Caiaffa.

Área de concentração: Saúde e Trabalho.

Linha de pesquisa: Condições de Trabalho e Saúde.

Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina.

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

### **Reitor**

Prof. Ronaldo Tadêu Pena

### **Vice-Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Heloisa Maria Murgel Starling

### **Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Prof. Jaime Arturo Ramirez

### **Pró-Reitor de Pesquisa**

Prof. Carlos Alberto Pereira Tavares

## FACULDADE DE MEDICINA

### **Diretor**

Prof. Francisco José Penna

### **Chefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social**

Prof<sup>a</sup>. Maria da Conceição Juste Werneck Cortes

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

### **Coordenadora**

Prof<sup>a</sup>. Sandhi Maria Barreto

### **Sub- Coordenadora**

Prof<sup>a</sup>. Mariângela Leal Cherchiglia

## **COLEGIADO**

Prof<sup>a</sup>. Ada Ávila Assunção

Prof<sup>a</sup>. Elizabeth Barboza França

Prof. Fernando Augusto Proietti

Prof. Francisco de Assis Acurcio

Prof<sup>a</sup>. Maria Fernanda F. L. Costa

Prof<sup>a</sup>. Soraya Almeida Belisário

Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Prof<sup>a</sup>. Waleska Teixeira Caiaffa

Cristiane Amorim Andrade

Aline Dayrell Ferreira



FACULDADE DE MEDICINA  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Prof. Alfredo Balena 190 / sala 7009  
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-100  
Fone: (031) 3409.9641 FAX: (31) 3409.9640



ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de **MICHELLE DOS SANTOS DINIZ**, nº de registro 2006218497. Às treze horas e trinta minutos do dia quatorze do mês de março de dois mil e oito, reuniu-se na Faculdade de Medicina da UFMG a Comissão Examinadora de dissertação indicada pelo Colegiado do Programa, para julgar em exame final, o trabalho intitulado: **"A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES SOCIO-DEMOGRÁFICOS."** requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Saúde Pública, pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - Área de Concentração em Saúde e Trabalho. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ada Ávila Assunção, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho final passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público para julgamento e expedição do resultado definitivo. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Ada Ávila Assunção/orientadora

Instituição: UFMG

Indicação: Aprovada

Profa. Waleska Teixeira Caiassa/co-orientadora

Instituição: UFMG

Indicação: Aprovada

Prof. Luiz Augusto Facchini

Instituição: UF de Pelotas

Indicação: APROVADA

Prof. Eduardo Araújo de Oliveira

Instituição: UFMG

Indicação: APROVADO

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela presidente da comissão. Nada mais havendo a tratar a presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da comissão examinadora. Belo Horizonte, 14 de março de 2008.

Profa. Ada Ávila Assunção/orientadora

Profa. Waleska Teixeira Caiassa/co-orientadora

Prof. Luiz Augusto Facchini

Prof. Eduardo Araújo de Oliveira

Profa. Sandhi Maria Barreto/Coordenadora

Obs.: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador

Prof. Sandhi Maria Barreto  
Coord. PG. em Saúde Pública  
Fac. de Medicina / UFMG



**FACULDADE DE MEDICINA  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Prof. Alfredo Balena 190 / sala 533  
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-100  
Fone: (031) 3409.9641 FAX: (31) 3409.9640



**DECLARAÇÃO**

A Comissão Examinadora abaixo assinada, composta pelos Professores Doutores: Ada Ávila Assunção, Waleska Teixeira Caiaffa, Luiz Augusto Facchini, Eduardo Araújo de Oliveira, aprovou a defesa de dissertação intitulada: **“A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES SOCIO-DEMOGRÁFICOS”**, apresentada pela mestranda **MICHELLE DOS SANTOS DINIZ** para obtenção do título de mestre em Saúde Pública, pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - Área de Concentração em Saúde e Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, realizada em 14 de março de 2008.

Profa. Ada Ávila Assunção  
orientadora

Profa. Waleska Teixeira Caiaffa  
Co-orientadora

Prof. Luiz Augusto Facchini

Prof. Eduardo Araújo de Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

À querida Prof.<sup>a</sup> Ada sempre disposta a ensinar e, sem dúvida, a grande responsável por este trabalho. Obrigada pelo incentivo, carinho e aprendizado durante todos os anos de convivência desde a faculdade.

À Prof.<sup>a</sup> Waleska, minha co-orientadora, professora e pesquisadora cuja seriedade e competência foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

À Mery que me ensinou muito e foi também grande colaboradora deste trabalho.

Aos amigos do mestrado, da residência, da faculdade e da vida que sempre me apoiaram e torceram por mim.

À Núbia que iniciou este projeto dando-me oportunidade de elaborar este trabalho.

Aos Profs. Mark Drew e Davidson Pires que me incentivaram e garantiram minha permanência na Pós-Graduação.

À equipe do Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte pela imensa colaboração no fornecimento dos dados e no acesso aos arquivos da Prefeitura.

À minha família meus maiores incentivadores, dedico este trabalho a vocês.

Ao querido Mário e sua família pelo apoio e torcida constante.

À Deus por me conceder tantas oportunidades.

## **RESUMO DA DISSERTAÇÃO**

---



# A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

## RESUMO

**Introdução:** Trabalho infantil prejudica a formação e a saúde de crianças e adolescentes. Segundo a OIT, em 2004, havia 218 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando no mundo. No Brasil, 5,1 milhões trabalhavam em 2006. Observa-se tendência de queda coincidente com a implantação de programas de transferência de renda.

**Objetivo:** Estudar as características das famílias com e sem registro de trabalho infantil inscritas no Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte e comparar estes dois grupos para se detectar fatores possivelmente associados ao trabalho infantil.

**Materiais e Métodos:** Estudo transversal com 9252 famílias participantes do Programa de 2003 a 2006. A variável dependente é o registro de trabalho infantil e as variáveis independentes incluem características do domicílio, da mãe e da família. Foram realizadas as análises descritiva, univariada e multivariada com posterior cálculo do poder do teste e elaboração do modelo de probabilidade.

**Resultados:** Dentre as famílias estudadas (n=9252), 1293 (13,9%) apresentaram algum registro de trabalho infantil. Observou-se relação positiva entre a ocorrência de trabalho infantil e o número de pessoas na casa (5 ou mais) e a renda familiar *per capita*. A presença de cônjuge na casa revelou-se fator de proteção. O fato da mãe possuir vínculo trabalhista mostrou-se associado ao trabalho infantil. Quanto menor a escolaridade da mãe maior a presença de trabalho infantil. A análise multivariada incluiu 8948 famílias e as variáveis: quantidade de pessoas e presença do cônjuge na casa, grau de instrução materna e situação materna no mercado de trabalho e confirmou os resultados da análise univariada.

**Conclusão:** Apesar da consolidação do Programa estudado o trabalho infantil continua presente entre os bolsistas. Podem-se citar como prováveis fatores associados à ocorrência do trabalho infantil a ausência do cônjuge em casa, baixa escolaridade materna, mãe com inserção trabalhista e cinco ou mais pessoas na casa.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil, Programas de Transferência de Renda, Programa Bolsa-Escola, Motivações.

# THE PRACTICE OF CHILD LABOR AMONG THE BENEFICIARIES OF BOLSA-ESCOLA PROGRAM IN BELO HORIZONTE: A STUDY OF THE SOCIAL-DEMOGRAPHIC DETERMINANTS

## SUMMARY

**Introduction:** Child labour impairs children's and adolescents' education and health. According to the ILO, in 2004 there were 218 million children and adolescents between the ages of 5 and 17 at work throughout the world. In Brazil, 5.1 million were at work in 2006. It was noted that there was a tendency for this number to fall at the same time as income transfer programs were established.

**Objective:** To study the attributes of families with and without child workers enrolled in the Family Benefit Program (Bolsa-Escola<sup>1</sup>) in Belo Horizonte and to compare these two groups in order to try to identify the factors that are possibly related to child labour.

**Materials and Methods:** A transversal study of 9252 families taking part in the program from 2003 to 2006. The dependent variable is the incidence of child labour and the independent variables include the attributes of the household, the mother and the family. Descriptive, univariate and multivariate analyses were carried out, followed by calculation of the power of the statistical test and production of a probability model.

**Results:** There were 1,293 (13.9%) incidences of child labour out of the total number of families studied (n = 9,252). It was noted that there was a positive relationship between the incidence of child labour, the number of persons in the household. (5 or more) and the per capita family income. The presence of the spouse was found to be a protective factor. It was found that the lower the level of the mother's education, the greater the incidence of child labour. The multivariate analysis included 8948 families and made use of the following variables:- number of persons and presence of the spouse in the household; level of mother's education and her labour market status. This analysis confirmed the univariate results.

**Conclusion:** In spite of the consolidation of the program studied, there still incidences of child labour among those enrolled in the program. The probable factors leading to the incidence of child labour were the absence of one of the spouses, the low level of the mother's education, a working mother and there being five or more persons in the household.

<sup>1</sup> Bolsa Escola: a benefit that requires parents to keep their children in school.

**Key-Words:** Child labor, Conditional Cash Transfer Programs, Bolsa-Escola Program, Motivations.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1-	Diagrama explicativo da seleção da população do estudo .....	26
QUADRO 1-	Variáveis independentes utilizadas no estudo e suas descrições .....	28
FIGURA 2-	Diagrama explicativo da elaboração do banco de dados .....	29
TABELA 1-	Características do domicílio das famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) e a presença de trabalho infantil .....	32
TABELA 2-	Características do núcleo familiar das famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) e a presença de trabalho infantil .....	33
TABELA 3-	Características maternas das famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) e a presença de trabalho infantil .....	34
TABELA 4-	Análise multivariada das variáveis associadas ao trabalho infantil nas famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) .....	35

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- BEM-BH - Programa Bolsa-Escola Municipal de Belo Horizonte
- CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IC - Intervalo de Confiança
- IPEC - International Program on the Elimination of Child Labour
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- ONG - Organização Não Governamental
- PBH - Prefeitura de Belo Horizonte
- PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho
- SUS - Sistema Único de Saúde
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	12
2 OBJETIVOS .....	19
3 ARTIGO: A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS.....	21
3.1 INTRODUÇÃO .....	22
3.2 MATERIAL E MÉTODOS .....	24
3.2.1 POPULAÇÃO E PERÍODO DO ESTUDO .....	24
3.2.2 FONTE DE DADOS .....	24
3.2.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS .....	26
3.2.4 VARIÁVEIS DO ESTUDO .....	27
3.2.5 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	29
3.2.5.1 Análise descritiva .....	30
3.2.5.2 Análise univariada .....	30
3.2.5.3 Análise multivariada .....	30
3.3 RESULTADOS .....	31
3.4 DISCUSSÃO .....	36
3.5 CONCLUSÃO .....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
APÊNDICE.....	48
FICHA DO CADASTRAMENTO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL .....	49
ANEXOS .....	55
ANEXO A: FOLHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA .....	56
ANEXO B: CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO .....	58

## **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

---

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa estuda o trabalho infantil tendo como unidade de análise as famílias inscritas em um programa de transferência de renda. O estudo tem origem na demanda apresentada pelos coordenadores do Programa Bolsa Escola da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (BEM-BH) preocupados com os relatos de inserção no trabalho dos dependentes do Programa e de um caso de óbito em situação de trabalho infantil ocorrido em 2001. Os resultados obtidos fazem parte do projeto “Infância, Trabalho e Saúde: O Caso do Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte” – Convênio da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH firmado em 2002.

O trabalho infantil não é tema freqüente no setor saúde<sup>1</sup>, apesar de reconhecidas as suas implicações diretas no crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes<sup>2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13</sup>. Essas repercussões sociais, psíquicas e físicas do trabalho infantil, não só para a

---

<sup>1</sup> SILVEIRA, A. M.; DIAS, E.C. Trabalho precoce: o setor saúde pode contribuir para a sua eliminação? *Revista devir: esquizoanálise e seus encontros*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 39-60, 2002.

<sup>2</sup> ASMUS, C.I.R.F. *et al.* Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 953-960, 2005.

<sup>3</sup> ASSUNÇÃO, A.A.; DIAS, E.C. Trabalho precoce: possíveis efeitos sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes. *Revista devir: esquizoanálise e seus encontros*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 61-76, 2002.

<sup>4</sup> FASSA, A.G. *et al.* Child labor and health : problems and perspectives. *International Journal of Occupational and Environmental*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 55-62, 2000.

<sup>5</sup> FASSA, A.G. *et al.* Child labor and musculoskeletal disorders: the Pelotas (Brazil) epidemiological survey. *Public Health Reporters*, v. 120, 2005.

<sup>6</sup> FISCHER, F.M. *et al.* Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 351-356, 2003.

<sup>7</sup> FISCHER, F.M. *et al.* Job control, job demands, social support at work and health among adolescent workers. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 245-253, 2005.

<sup>8</sup> FRANKLIN, R.N. *et al.* Trabalho precoce e riscos à saúde. *Adolescência Latinoamericana*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 80-89, 2001.

<sup>9</sup> FRICHE, A.A.L. *et al.* Indicadores de saúde materno infantil em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2001: análise dos diferenciais intra-urbanos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 1955-1965, 2006.

<sup>10</sup> GOMES, S.M.T.A. O adolescente e a força de trabalho. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, p. 139-142, 1988.

criança, mas também para a família e sociedade, justificam o seu estudo no campo da saúde coletiva. Sabendo existir relação do trabalho com o adoecimento de crianças e adolescentes trabalhadores, incluir o trabalho infantil como objeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública consiste em uma tentativa de fornecer maior visibilidade ao tema no meio acadêmico, propiciar um local de discussão e contribuir com as políticas de erradicação da prática focalizada.

O trabalho infantil antes de ser entendido como um problema é considerado por muitos uma solução para as carências do sistema educacional, para a pobreza e para a violência das ruas<sup>14</sup>. Entretanto, o trabalho de crianças e adolescentes tem um impacto adverso na educação e nos rendimentos futuros<sup>15</sup> aprofundando as desigualdades sociais existentes além de expor a criança a situações de perigo.

Calcula-se que no mundo, 260 milhões de crianças e adolescentes entre 5-17 anos estão trabalhando<sup>16</sup>. Estimativas da OIT indicam que na América Latina e Caribe cerca de 20 milhões de crianças e adolescentes trabalham correspondendo a uma em cada cinco crianças da região<sup>17</sup>. O Brasil é o terceiro país da América Latina que mais explora o trabalho de crianças e adolescentes precedido pelo Haiti e Guatemala<sup>8</sup>.

De acordo com a Constituição do Brasil trabalho infantil é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade. É permitido o trabalho a partir dos 14 anos de idade na

---

<sup>11</sup> MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z.V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 135-140, 1997. Supplementum 2.

<sup>12</sup> ROBAZZI, M.L.C.C.; CANO, M.A.T.; FÁVERO, M. O trabalho da criança e do adolescente no Brasil: acidentes ocupacionais e programas de prevenção existentes. *Revista Brasileira de Saúde escola*, [S.l.], v. 4, n. ½, p. 57-59, 1996.

<sup>13</sup> SARTORI, E. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 253-278, 2006.

<sup>14</sup> NOBRE, L.C.C. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersetorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 963-971, 2003.

<sup>15</sup> CARDOSO, E.; SOUZA, A.P. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil. In: LACEA 2003 - Latin American and Caribbean Economics Association, 2003, Las Puebas, 2003.

<sup>16</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *O fim do trabalho infantil: um desafio ao nosso alcance*. Brasília: OIT, 2006. 154 p.

<sup>17</sup> ÁVILA, A.S. Trabajo infantil e inasistencia escolar. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], v. 12, n. 34, p. 68-81, 2007.



condição de aprendiz. Aos adolescentes é proibida a realização de atividades insalubres, perigosas ou penosas<sup>18 19</sup>.

O Ministério do Trabalho e Emprego adota um interessante conceito de trabalho infantil: “aquele que expõe a criança e o adolescente à disciplina do trabalho, prejudicando a formação e a saúde de seus organismos frágeis”<sup>20</sup>. Considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade<sup>18</sup>. A OIT na sua convenção 182, sobre as piores formas de trabalho infantil - ratificada pela Constituição Brasileira - adota o termo criança para toda pessoa menor de 18 anos de idade<sup>21</sup>.

Trabalho infantil será entendido como qualquer atividade paga ou não paga, domiciliar ou não<sup>22</sup>, exercida no momento da pesquisa ou previamente pelas crianças e adolescentes abaixo de 18 anos de idade. De acordo com a Convenção 138 da OIT<sup>21</sup>, que versa sobre a idade mínima para admissão no emprego, não é permitido qualquer tipo de trabalho que prejudique a saúde, moral e segurança de jovens abaixo de 18 anos.

Estudar o trabalho infantil no âmbito de um programa de transferência de renda permite questionar a respeito das motivações para o trabalho infantil: todas as crianças atendidas pelo programas estão nas faixas econômicas de baixa renda, critério fundamental para ser incluído no programa, por que apenas algumas famílias inserem suas crianças precocemente no trabalho? Para além da pobreza, existiriam outros fatores determinantes do trabalho infantil? A partir deste questionamento e da literatura existente que destaca outros fatores como a crença do efeito enobrecedor do trabalho e características familiares possivelmente associados ao trabalho infantil é que norteamos esta pesquisa.

---

<sup>18</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

<sup>19</sup> ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

<sup>20</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Trabalho precoce: saúde em risco*. Brasília, 2000. p. 5-19.

<sup>21</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenções n. 138 e n. 182, Brasília, 2001, p. 5-27.

<sup>22</sup> FACCHINI, L.A. *et al.* Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 953-961, 2003.

### **Programas de Transferência de Renda**

Os programas de transferência de renda surgiram como formas de reduzir a pobreza e a desigualdade social. Nessa linha, o Programa Renda Mínima, colocado em ação no início da década de 1990 no Brasil, foi pioneiro. Entretanto, sabe-se que a simples transferência de renda não quebra os ciclos geracionais da pobreza já que não incide na causa do problema. A renda mínima deve vir acompanhada de educação, saúde e cidadania<sup>23</sup>.

O Bolsa-Escola superou o Programa Renda Mínima na medida em que integrou a transferência de renda ao acesso à educação. O acesso à escola promove a médio e longo prazos direitos políticos e civis podendo significar melhoria das condições de vida. Ele rompe o ciclo vicioso alimentador da miséria. É considerado o maior programa de combate à pobreza já aplicado<sup>23</sup>.

O Programa Bolsa-Escola foi inicialmente implantado no Distrito Federal em 1995 e entre 1995 e 1999 vários outros estados, entre eles Minas Gerais, implementaram o Programa. Os objetivos gerais do Programa são aumentar a escolaridade e reduzir a pobreza e a incidência de trabalho infantil, atuando como uma rede de seguridade social. O pagamento é vinculado à família ou à criança, dependendo do local de implantação do Programa, e é efetuado às mães visando envolvê-las no processo de aprendizado da criança e estimular a auto-confiança da mulher, colaborando para tornar as relações familiares mais igualitárias<sup>23</sup>.

Em 2004, foi criado o Bolsa-Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Este Programa prevê a unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Na atualidade em Belo Horizonte, estes programas ainda coexistem isoladamente e há uma transição gradual do Bolsa-Escola para o Bolsa-Família.

### **Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte**

O Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte foi implementado em 1997, pela Secretaria Municipal de Educação através da Lei 7.135/96 e do Decreto 9.140/97 como uma ação global de âmbito educacional, político, social e de integração familiar, visando garantir a admissão e

---

<sup>23</sup> AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. *Bolsa-Escola: educação para enfrentar a pobreza*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2002. 152 p.

permanência, na escola pública, das crianças e adolescentes de 07 a 14 anos cujas famílias estivessem em condições de carência material e precária situação sócio-familiar ou as próprias crianças estivessem em situação de risco<sup>24</sup>. Em 2001, essa Lei foi revista através da Lei 8.287/2001, ampliando a faixa etária das crianças e adolescentes para 06 a 15 anos<sup>25</sup>.

No momento da pesquisa o Programa atendia cerca de 11000 famílias (bolsistas), distribuídas nas nove regiões administrativas de Belo Horizonte totalizando mais de 37000 dependentes, e concedia um recurso econômico de R\$ 168,00<sup>26</sup> (cento e sessenta e oito reais) mensais para cada família que deve assegurar a frequência escolar dos filhos.

A operacionalização do Programa é feita a partir do cadastro da família, instituído pelo poder Executivo Municipal, sendo os dependentes representados, preferencialmente pela mãe, e em caso de seu impedimento, pelo pai ou representante legal. O benefício é dirigido à família, não sendo a bolsa vinculada à criança ou adolescente, porém a exigência de frequência está relacionada a todos os dependentes na faixa etária focalizada pelo Programa.

Os critérios para cadastro são: comprovar matrícula dos dependentes na faixa etária de 6 a 15 anos de idade, em escola pública ou subsidiada pelo poder público; renda familiar per capita de R\$84,00 (oitenta e quatro reais); residir em Belo Horizonte por cinco anos, no mínimo. Para permanência no Programa exige-se frequência escolar igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) das aulas; atendimento às convocações do Programa, avaliação anual da família e manutenção de dados cadastrais atualizados<sup>25</sup>.

### **O desenvolvimento da pesquisa**

A metodologia utilizada – estudo quantitativo – teve por objetivo avaliar a contribuição de cada variável estudada na ocorrência do trabalho infantil. A utilização da análise multivariada permitiu verificar quais fatores estão relacionadas ao fenômeno de forma independente e o peso de cada variável. Os dados foram coletados em dois momentos distintos: aqueles

---

<sup>24</sup> BELO HORIZONTE. Lei n. 7.135, de 05 de julho de 1996. Cria o Programa Bolsa-Escola e dá outras providências. *Diário Oficial do Município Ano II*, Belo Horizonte, n. 189, 1996.

<sup>25</sup> BELO HORIZONTE. Lei n. 8.287, de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Programa Bolsa-Escola Municipal – BEM-BH e dá outras providências. *Diário Oficial do Município Ano VII*, Belo Horizonte, n. 1528, 2001. p. 5.

<sup>26</sup> Valor corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção do benefício financeiro

referentes ao trabalho infantil em 2003 e as características sócio-demográficas das famílias em 2006. Apesar das características das famílias terem sido coletadas em 2006, elas se referiam aos dados das famílias no momento de inscrição no Programa. Famílias presentes nos dois momentos foram incluídas na pesquisa.

Os resultados obtidos deste estudo transversal, apesar de não ser o delineamento mais adequado para a investigação de determinantes, permitirão interpretações à luz dos achados da literatura específica, a qual apresenta uma gama de investigações sobre o tema e traz inúmeras questões no âmbito político e social. Vale ressaltar a relevância do tema no campo da saúde pública que tem atraído gestores de políticas sociais e pesquisadores interessados em compreender o fenômeno para fornecer elementos visando a sua prevenção.

Optou-se por apresentar os resultados obtidos no formato de artigo conforme prevê o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública visando garantir a ampla divulgação no meio científico e institucional.

## **2 OBJETIVOS**

---

## **2 OBJETIVOS**

- Estudar as características das famílias com registro de trabalho infantil inscritas no Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte;
- Estudar as características das famílias sem registro de trabalho infantil inscritas no Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte;
- Comparar estes dois grupos com o objetivo de se detectar fatores possivelmente associados à prática do trabalho infantil.

### **3 ARTIGO**

---

**A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE  
OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA  
BELO-HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE OS  
DETERMINANTES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

### **3 A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo-Horizonte: um estudo sobre os determinantes sócio-demográficos**

#### **3.1 Introdução**

Trabalho infantil é aquele que expõe a criança e o adolescente à disciplina do trabalho, prejudicando a formação e a saúde de seus organismos frágeis (BRASIL, 2000). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (ECA, 1990).

O trabalho infantil foi um dos primeiros e mais importantes problemas tratado pela comunidade mundial. Desde a primeira Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919 foram adotadas normas para se tentar eliminar o trabalho infantil (OIT, 2006). Estimativas da OIT sugerem que, em 2004, havia 218 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil no mundo. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), em 2006, identificou 5,1 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, cerca de 5,7% do total da população brasileira ocupada e 11,5% da população nesta faixa etária. Entretanto, observa-se uma tendência universal de queda na ocorrência do trabalho infantil (CARDOSO; SOUZA, 2003; CAMPOS; ALVARENGA, 2001): entre 2000 e 2004, o número de crianças trabalhando no mundo reduziu de 246 milhões para 218 milhões. No Brasil, a cifra de 5,4 milhões em 2001 caiu para 5,1 milhões em 2006 (IBGE, 2007).

De acordo com o mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente (MTE; SIT, 2005), a redução do número de crianças e adolescentes trabalhadores de 1995 a 2002 se deu principalmente nos estados do Maranhão, Distrito Federal, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte. Entretanto, registra-se aumento da ocorrência do trabalho infantil em outros estados brasileiros. Entre eles, apenas a Paraíba e o Piauí estão localizados nas regiões mais pobres. Nota-se uma tendência de “urbanização” da ocorrência do trabalho infantil, o qual predominava, anteriormente, no meio rural, hoje é mais freqüente no meio urbano. A migração da população para as cidades pode explicar essa tendência. O mapa evidencia mais de 60% das crianças e adolescentes trabalhadores de 10-15 anos de idade sem nenhum



rendimento e predomínio, dois terços, do sexo masculino no grupo. Em torno de 90% das crianças que trabalham também freqüentam a escola.

A redução do trabalho infantil pode ser atribuída, pelo menos em parte, ao trabalho constante de instituições governamentais e não-governamentais (MARQUES; NEVES; CARVALHO-NETO, 2002). Diversas ações governamentais desenvolvidas no setor educacional têm sido consideradas estratégias relevantes não só para manter a criança na escola, mas também para provocar uma redução gradual do trabalho infantil no Brasil. Sabe-se que crianças e adolescentes que trabalham apresentam freqüência escolar menor em relação àqueles que não trabalham (IBGE, 2007) e também maior índice de reprovação escolar com atraso e evasão prematura da escola (FACCHINI, 2003).

Entre os países da América Latina, o Brasil é pioneiro na implantação de programas de transferência de renda aliados aos objetivos de saúde ou de educação. O programa Bolsa-Escola é o primeiro a desviar o foco da assistência social para o desenvolvimento social (PERO; SZERMAN, 2005; CARVALHO, 2004; AGUIAR; ARAÚJO, 2002). Estudos sugerem que programas de transferência de renda condicionados são efetivos no aumento do uso de serviços preventivos pela população e também na melhoria dos indicadores de saúde (LAGARDE *et al.*, 2007).

Os fatores que contribuem para a inserção precoce no mercado de trabalho constituem objeto de grande complexidade (ÁVILA, 2007; FRANKLIN *et al.*, 2001). Apesar de a pobreza assumir destaque entre as causas do trabalho infantil (CARDOSO; SOUZA, 2003; FERREIRA, 2001; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001) há evidências de outros fatores a ela associados.

Destaca-se a família nesta investigação sobre o trabalho infantil. Na atualidade, tendências e comportamentos são determinados no âmbito familiar, o qual se configura em instância principal para o indivíduo que se encontra em situações difíceis (CEPAL, 2006). A decisão sobre a inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho extrapola as motivações pessoais e perpassa pelo contexto familiar incluindo as características sócio-culturais e a estrutura da família.

Este trabalho visa estudar as características das famílias com e sem registro de trabalho infantil inscritas no Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte (BEM-BH) e comparar estes dois grupos com o objetivo de se detectar fatores possivelmente associados à prática do trabalho infantil.

### **3.2 Material e Métodos**

Estudo transversal que identifica e compara características das famílias participantes do BEM-BH com e sem registro de trabalho infantil (TI). Diante da inexistência de uma fonte única para os dados de interesse (registro de prática de TI e características das famílias que compõem o universo da pesquisa) adotou-se a estratégia de trabalhar duas fontes distintas de dados existentes no BEM-BH. A primeira, como se verá adiante, é constituída por múltiplos impressos e não está processada. A segunda, diz respeito às características sócio-demográficas das famílias sem nenhuma menção ao trabalho infantil e se encontra inteiramente informatizada.

#### ***3.2.1 População e Período do Estudo***

A população estudada corresponde às famílias beneficiárias do BEM-BH no período de junho de 2003 a julho de 2004 e que continuavam no Programa em outubro de 2006.

O número de famílias inscritas no Programa é flutuante. A cada mês famílias são desligadas e outras são cadastradas. Neste estudo, foram incluídas somente as famílias que estavam presentes nos dois momentos da pesquisa (2003/2004 e 2006) devido à disponibilidade de obtenção dos dados necessários à realização da investigação (Figura 1).

#### ***3.2.2 Fonte de Dados***

Os dados foram coletados de duas fontes:

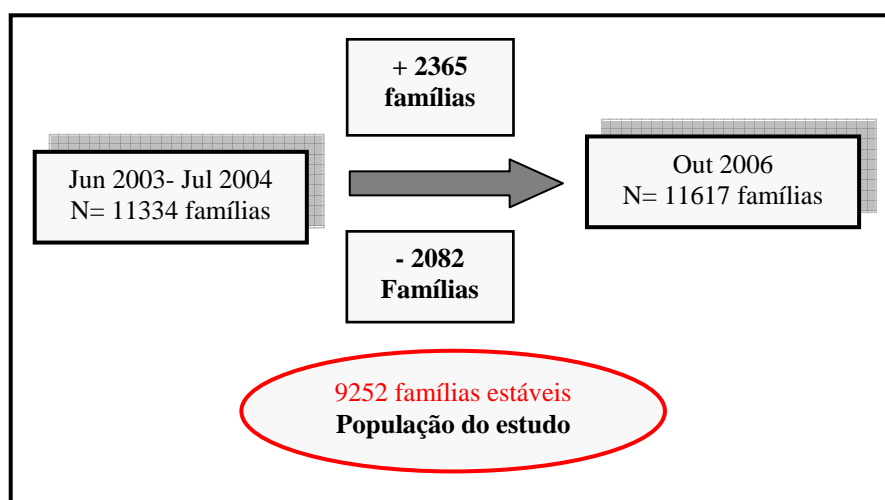
**Fonte 1:** Formulários das famílias presentes no Programa no período de junho de 2003 a julho de 2004.

Para cada família existe um formulário, o qual consta de vários impressos destinados, cada um, a fins específicos. Para efeitos de clareza, pode-se classificar o conjunto de impressos que compõe cada formulário em três campos: 1) inscrição da família no programa, 2) visitas domiciliares; 3) diversos. O formulário de inscrição foi preenchido por estagiários do BEM-BH no momento do cadastramento da família no Programa com o intuito de colher dados sobre a requerente e seu universo familiar. Constam informações detalhadas sobre a situação financeira, moradia, assistência social, saúde, núcleo familiar. O formulário de visita domiciliar é preenchido no intuito de comprovar os dados declarados na inscrição e de avaliar a realidade familiar. Neste formulário estão registradas os dados cadastrais, as informações sobre condições de moradia, condições de higiene e organização do espaço, crianças ou adolescentes fora da escola, renda familiar, condições de saúde e observações gerais registradas durante a visita domiciliar. Outros impressos dizem respeito aos formulários de avaliação de permanência no BEM-BH preenchidos anualmente por ocasião da convocação da mãe visando avaliar melhorias nas condições de moradia, alimentação e saúde. Encontram-se anexos avulsos de visitas domiciliares e convocações extraordinárias, por exemplo, casos de ausência à escola, risco social ou denúncias de gasto indevido do benefício, entre outros motivos. Esses avulsos são preenchidos por estagiários e/ou funcionários do Programa nos quais constam o resumo dos relatos da mãe. Não há campo específico para o registro de ocorrência de TI nem busca sistemática dessa informação. No entanto, encontra-se a informação sobre TI em qualquer um dos formulários citados. No âmbito desta pesquisa, procedeu-se a uma leitura sistemática de todos os impressos na busca do registro de TI.

**Fonte 2:** Dados secundários disponíveis no sistema informatizado do BEM-BH e construído para controle. Estes dados correspondem às características gerais das famílias relatadas no ato de inscrição de cada um dos beneficiários do Programa (ANEXO 1) no

mês de outubro de 2006. As informações são de natureza estrutural, como afirmado acima, por isso são dificilmente alteradas em curto espaço de tempo, por exemplo, as condições do domicílio.

**Figura 1** – Diagrama explicativo da seleção da população do estudo



### 3.2.3 Procedimento de Coleta de Dados

Diante da ausência de informação processada sobre a ocorrência de TI, optou-se em buscar as informações registradas manual e aleatoriamente no formulário de cada família, para, em seguida, buscar as características das famílias no banco 2. No período de junho 2003 a julho de 2004 procedeu-se à leitura dos campos que compõem o formulário de cada família beneficiária do Programa (fonte 1) em busca de relato atual ou prévio de práticas de trabalho infantil presente nas famílias. Destaca-se que o registro de trabalho infantil era feito de forma não sistemática a partir do relato espontâneo dos beneficiários e anotação dos técnicos da PBH nos formulários. Não havia, em nenhum formulário, um local específico destinado ao questionamento formal sobre o trabalho infantil. Os dados obtidos foram processados e permitiram a construção de um banco de dados (banco de dados 1) o qual reúne os registros de inscrição das famílias (código domiciliar) e a informação da presença ou não de trabalho infantil.

Os dados correspondentes às características sócio-demográficas das famílias no momento em que elas ingressaram ao Programa foram extraídos do sistema de informação do BEM-BH (fonte 2) em outubro de 2006. Esses dados foram utilizados para a elaboração do banco de dados 2 o qual inclui todas as famílias inscritas no período e suas características obtidas das fichas de inscrição.

Foram selecionados os seguintes campos do banco de dados 2:

- Características do domicílio: campos 213 (Situação); 214 (Tipo); 215 (Número de cômodos); 216 (Tipo de construção); 217 (Tipo de abastecimento de água); 218 (Tratamento de Água); 219 (Tipo de iluminação); 220 (Escoamento sanitário); 221 (Destino do lixo no domicílio).
- Características da mãe/responsável legal pela família: 212 (Estado civil); 213 (Se o esposo ou companheiro reside no domicílio); 238 (grau de instrução); 242 (Situação no mercado de trabalho); 270 (participa de algum programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social).
- Características da família: Renda familiar (obtida pela soma de todos os rendimentos dos membros familiares feita pela PBH); 222 (Quantidade de pessoas); 225 (Quantidade de deficientes).

### **3.2.4 Variáveis do Estudo**

#### **1. Variável dependente**

A variável dependente é o registro de trabalho infantil nas fichas das famílias beneficiárias. Trabalho infantil foi considerado qualquer atividade laborativa regular, remunerada ou não, domiciliar ou não (FACCHINI *et al.*, 2003) realizada por crianças e adolescentes até 18 anos de idade incompletos.

#### **2. Variáveis independentes**

As variáveis independentes foram distribuídas em três categorias, sendo elas: características do domicílio, características da mãe e características da família (Quadro 1).

**Quadro 1** - Variáveis independentes utilizadas no estudo e suas descrições

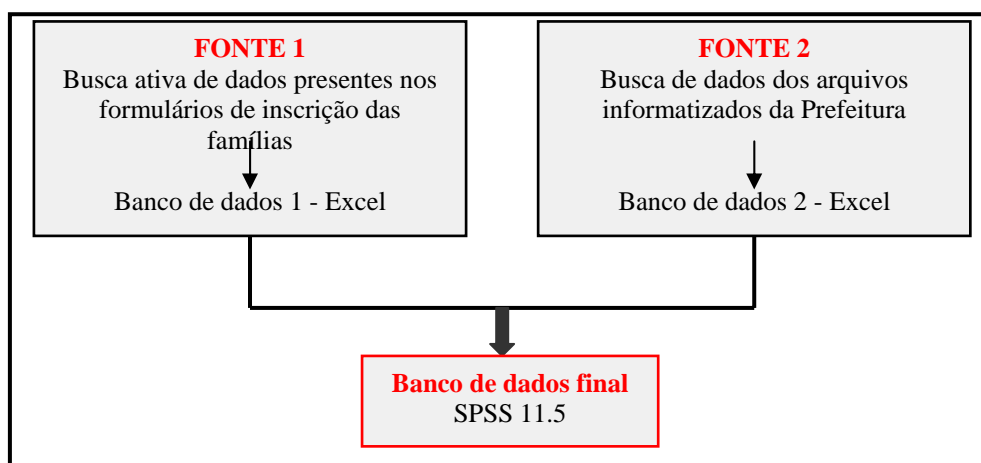
	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>
<b>Características do domicílio</b>	Tipo de construção	Tijolo/Alvenaria ou Outros (Adobe, Madeira, Material aproveitado, Taipa)
	Tipo de abastecimento de água	Rede pública ou Outros (Poço/Nascente, Carro pipa)
	Tratamento de água	Com tratamento (Filtração, Fervura ou Cloração) ou Sem tratamento
	Tipo de iluminação	Relógio (Próprio ou Comunitário) ou Outros (Sem relógio, Lampião, Vela)
	Escoamento sanitário	Rede Pública ou Outros (Fossa Rudimentar, Séptica, Vala, Céu aberto)
	Destino do lixo	Coletado ou Outros (Queimado, Enterrado, Céu aberto)
	Tipo de domicílio	Apartamento/Casa ou Outros (Cômodos)
	Situação do domicílio	Próprio ou Alugado/Financiado ou Outros (Arrendado, Cedido, Invasão)
	Número de cômodos	Quatro ou menos ou Cinco ou mais
<b>Características da mãe</b>	Cônjuge no domicílio	Presença ou ausência do cônjuge no domicílio
	Participação em outros programas do governo	Participação ou não em outros programas do governo
	Grau de instrução da mãe	0-3 anos; 4-7 anos; 8-10 anos; mais de 10 anos de estudo
	Estado civil	Casado ou Outros (Solteiro, Divorciado, Separado, Viúvo)
	Situação no mercado de trabalho	Com inserção trabalhista (Empregador, Assalariado com/sem carteira de trabalho, Autônomo com/sem previdência social, Aposentado/Pensionista, Trabalhador /Empregador rural) ou sem inserção trabalhista
<b>Características da família</b>	Número de pessoas na casa	Até quatro pessoas na casa ou cinco ou mais pessoas na casa
	Presença de pessoas com deficiência	Presença ou ausência de pessoas com deficiência
	Renda <i>per capita</i>	R\$ 0-25,71; R\$ 25,72-45,00; R\$ 45,01-82,97; R\$ > 82,98

### 3.2.5 Processamento e Análise dos Dados

Os dados da fonte 1 foram coletados diretamente dos formulários e, sem seguida, foram informatizados. Elaborou-se uma planilha no Excel<sup>®</sup> contendo o número de registro da família e a variável trabalho infantil (n=11334 famílias). As informações da fonte de dados 2 estavam processadas em planilha Excel<sup>®</sup> (n=11617 famílias).

Posteriormente, os dois bancos de dados foram unificados e transferidos para o Programa SPSS11.5, o qual foi utilizado na análise dos dados (Figura 2). Este banco de dados final incluiu o registro de todas as famílias presentes simultaneamente nos dois bancos (n=9252) e as respectivas informações sobre a presença de trabalho infantil e as características sócio-demográficas (variáveis independentes) de cada família.

**Figura 2** – Diagrama explicativo da elaboração dos banco de dados



A variável renda familiar *per capita* foi elaborada dividindo-se o valor da renda familiar pelo número de pessoas na casa. Os dados disponíveis permitiram dimensionar a contribuição do trabalho infantil para a renda familiar. Procedeu-se à categorização das demais variáveis de interesse para a análise, utilizando-se a medida de tendência central mediana no caso das variáveis número de pessoas na casa e número de cômodos e a distribuição de percentis (25/50/75) para a variável renda familiar *per capita*.

### 3.2.5.1 *Análise descritiva*

Realizou-se a distribuição de frequências das variáveis, permitindo estabelecer as características da população estudada.

Foi utilizado o índice Kappa com Intervalo de Confiança (IC) ao nível de 95% para estimar a concordância entre as variáveis número de cômodos e número de pessoas no domicílio após sua categorização. Avaliou-se também a correlação entre as variáveis estado civil e presença do cônjuge na casa.

Com relação à variável renda *per capita* procurou-se identificar o número de famílias com renda *per capita* acima do valor permitido para inclusão no Programa (R\$84,00).

### 3.2.5.2 *Análise univariada*

A análise univariada foi realizada para determinar a existência de associação entre as variáveis independentes já descritas e a presença de trabalho infantil nas famílias. Realizou-se uma análise estratificada das variáveis renda familiar *per capita* e escolaridade da mãe.

Para a análise utilizou-se o teste do Qui-quadrado de Pearson. As Razões de Chances (*Odds Ratios*) foram calculados para determinar as forças das associações entre as variáveis. A opção por esta medida de associação justifica-se por duas razões: a prevalência de TI é menor que 20%, sendo assim, não há diferença substancial entre os diferentes estimadores de risco (SCHIAFFINO *et al.* 2002); a razão das chances garante uma análise mais clara (PEARCE, 2004). Calculou-se o intervalo de confiança e o valor p com um nível de significância de 5% ( $p=0,05$ ).

### 3.2.5.3 *Análise Multivariada*

A regressão logística múltipla foi utilizada para determinar o efeito independente de cada variável. Foram selecionadas para inclusão nos modelos logísticos as variáveis que apresentaram, na análise univariada, associação com o trabalho infantil no nível inferior a 20% ( $p < 0,20$ ) e um valor de informações incompletas menor que 20%. A técnica utilizada na seleção do modelo foi a de eliminação *backward*. Procurou-se identificar a presença de



colinearidade. A adequação do modelo foi avaliada pelo teste de Hosmer e Lemeshow. Para permanência das variáveis no modelo final, considerou-se um nível de significância de 5% (PAGANO; GAUVREAU, 2006).

Após a realização da análise multivariada foi calculado o poder de detecção da amostra. Foram estimadas as probabilidades de ocorrência de trabalho infantil, baseadas no modelo final de regressão.

Os cuidados éticos foram tomados. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, sendo aprovado em 01/07/2004 (ETIC 073/04).

### **3.3 Resultados**

Dentre as famílias incluídas na pesquisa (n=9252), 1293 (13,9%) apresentaram pelo menos um registro de TI. Quanto às características do domicílio observou-se um grande percentual de informações incompletas (66,7%) o que compromete a validade interna dos resultados. A incompletude no grupo de famílias com registro de TI foi de 84,6% e no grupo sem trabalho infantil foi de 63,7%; não foram, portanto, homogêneas. Excetuando-se as variáveis tratamento da água e número de cômodos, as demais variáveis não apresentaram diferença estatisticamente significativa entre os grupos com e sem registro de trabalho infantil. Com relação ao tratamento de água, observou-se que famílias com algum tipo de tratamento de água apresentaram maior porcentagem de trabalho infantil (6,9%) em relação às famílias sem tratamento de água (4,5%). O trabalho infantil também foi encontrado com maior frequência nas famílias com maior número de cômodos no domicílio (5 ou mais) em relação àquelas que habitam em locais com 4 ou menos cômodos (Tabela 1).

Com relação às variáveis relacionadas à família, o número de pessoas na casa (5 ou mais) encontrou-se associado a maior chance (OR=1,74) de ocorrência de trabalho infantil ( $p < 0,001$ ) (Tabela 2). Não foi observada uma boa concordância entre as variáveis número de cômodos e número de pessoas na casa (Índice de Kappa=0,11).

**Tabela 1-** Características do domicílio das famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) e a presença de trabalho infantil \*

Variável	Trabalho Infantil		Valor p	Odds Ratio	IC (95%)
	Não (%)	Sim (%)			
<b><i>N° de cômodos</i></b>					
4 ou menos	1827 (94,4)	108 (5,6)	0,016	1	1,07-1,91
5 ou mais	1065 (92,2)	89 (7,8)		1,43	
<b><i>Tipo de construção</i></b>					
Tijolo/alvenaria	2841 (93,7)	192 (6,3)	0,271	1	0,66-4,29
Outros	44 (89,8)	5 (10,2)		1,68	
<b><i>Abastecimento de água</i></b>					
Rede pública	2769 (93,6)	189 (6,4)	0,978	1	0,49-2,10
Outros	116 (93,5)	8 (6,5)		1,01	
<b><i>Tratamento de água</i></b>					
Com tratamento	2273 (93,1)	168 (6,9)	0,030	1	0,43-0,96
Sem tratamento	611 (95,0)	29 (4,5)		0,64	
<b><i>Iluminação</i></b>					
Com Relógio	2603 (93,6)	179 (6,4)	0,770	1	0,56-1,53
Outros	282 (94,0)	18 (6,0)		0,93	
<b><i>Escoamento sanitário</i></b>					
Rede pública	2559 (93,4)	180 (6,6)	0,249	1	0,45-1,24
Outros	326 (95,0)	17 (5,0)		0,74	
<b><i>Destino do Lixo</i></b>					
Coletado	2793 (93,5)	195 (6,5)	0,086	1	0,08-1,27
Outros	92(97,9)	2 (2,1)		0,31	
<b><i>Tipo de domicílio</i></b>					
Apartamento/casa	2583 (93,4)	184 (6,6)	0,083	1	0,34-1,074
Outros	302 (95,5)	13 (4,1)		0,60	
<b><i>Situação do domicílio</i></b>					
Alugado/Financiado	333 (92,0)	29 (8,0)	0,068	1	
Próprio	1761 (93,2)	128 (6,8)	0,399	1,20	0,79-1,82
Outro	789 (95,2)	40 (4,8)	0,053	0,70	0,48-1,01

\*Valores incompletos: 66,7%

As famílias com presença de alguma pessoa com deficiência entre seus membros apresentaram maior porcentagem de trabalho infantil. No entanto, essa diferença não foi estatisticamente significativa ( $p=0,918$ ). Ambas variáveis não apresentaram nenhum dado incompleto (Tabela 2).

Quanto à renda *per capita* não foi observada diferença significativa entre as famílias que apresentam uma renda de 0 a 25,71 reais por pessoa – utilizada como referência na análise estratificada desta variável – e as famílias com renda de 25,72 a 45,00 reais ( $p=0,234$ ). Entretanto, houve diferença estatisticamente significativa na renda das famílias referência e aquelas com renda de 45,01 a 82,97 reais ( $p=0,042$ ) e 82,98 ou mais reais ( $p=0,010$ ). Nesta variável encontrou-se um gradiente dose-resposta: quanto maior a renda familiar *per capita* maior a prevalência de trabalho infantil nas famílias (Tabela 2). Vale ressaltar que 25% das famílias apresentaram renda *per capita* acima do critério para a admissão no programa.

**Tabela 2-** Características do núcleo familiar das famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) e a presença de trabalho infantil

Variável	Trabalho Infantil		Valor p	Odds Ratio	IC (95%)
	Não (%)	Sim (%)			
<b><i>Número de pessoas na casa</i></b>					
Até 4	2290 (90,4)	242 (9,6)	<0,001	1	1,50-3,01
Sou mais	5679 (84,5)	1041 (15,5)		1,74	
<b><i>Pessoa com deficiência</i></b>					
Sim	974 (85,2)	169 (14,8)	0,337	1	0,77-1,09
Não	6995 (86,3)	1114 (13,7)		0,92	
<b><i>Renda per capita (R\$)*</i></b>					
0-25,71	1421 (87,1)	210 (12,9)	0,060	1	
25,72-45,00	1386 (85,6)	233 (14,3)	0,234	1,13	0,92-1,38
45,01-82,97	1289 (84,6)	252 (15,4)	0,042	1,23	1,01-1,50
> 82,98	1388 (84,0)	265 (16,0)	0,010	1,29	1,06-1,57

\* Valores incompletos 29%

Considerando-se as características maternas, não foi observada uma boa concordância entre as variáveis presença de cônjuge na casa e estado civil. Dessa forma, optou-se por privilegiar a análise da variável Presença do cônjuge em detrimento da variável estado civil, pois muitas

vezes esta condição não coincide com a presença de um companheiro no domicílio. A presença de cônjuge na casa revelou-se como fator de proteção para o trabalho infantil ( $p < 0,001$ ). Quando a mãe estava inserida no mercado de trabalho identificou-se uma maior e significativa ( $p < 0,001$ ) chance de TI (14,8%) em comparação com aquelas famílias em que as mães não estavam trabalhando (12,1%) (Tabela 3).

Em relação ao grau de instrução da mãe, observou-se associação negativa entre a escolaridade da mãe (anos de estudo) e a chance de ocorrência de trabalho infantil. Em famílias cujas mães estudaram durante 0-3 anos encontrou-se prevalência de 16,6% de trabalho infantil, com 4-7 anos de estudo de 11,8%, com 8-10 anos de estudo de 11,4% e naquelas com as mães tendo estudado mais de 10 anos de 7,4%. Esta última categoria foi utilizada para comparação e encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa entre este grupo e aqueles com menos de 3 anos de estudo ( $p = 0,004$ ). Destaca-se a força da associação desta variável com o registro de trabalho infantil nas famílias (Tabela 3).

**Tabela 3-** Características maternas das famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006) e a presença de trabalho infantil

Variável	Trabalho Infantil		Valor p	Odds Ratio	IC (95%)
	Não (%)	Sim (%)			
<b><i>Cônjuge na casa</i></b>					
Sim	4033 (88)	549 (12)	<0,001	1	1,22-1,54
Não	3936 (84,3)	734 (15,7)		1,37	
<b><i>Participação em outros programas</i></b>					
Sim	7669 (86,1)	1240 (13,9)	0,467	1	0,64-1,23
Não	300 (87,5)	43 (12,5)		0,89	
<b><i>Situação no mercado de trabalho*</i></b>					
Sem inserção trabalhista	2934 (87,9)	402 (12,1)	<0,001	1	1,11-1,44
Com inserção trabalhista	4812 (85,2)	834 (14,8)		1,26	
<b><i>Grau de instrução da mãe**</i></b>					
>10 anos	137 (92,6)	11 (7,4)	<0,001	1	
8-10 anos	460 (88,6)	59 (11,4)	0,171	1,60	0,82-3,13
4-7 anos	3872 (88,4)	517 (11,8)	0,108	1,66	0,90-3,10
0-3 anos	3391 (83,4)	674 (16,6)	0,004	2,48	1,33-4,60

\* Valores incompletos: 2,9% / \*\* Valores incompletos: 1,4%

Quanto ao fato de a família de receber outro benefício governamental, famílias cujas mães são beneficiárias de algum outro Programa do governo tiveram maior chance de ocorrência de TI (13,9%) quando comparadas com famílias que não têm nenhum outro benefício além do Bolsa-Escola (12,5%), no entanto esta diferença não foi significativa ( $p=0,47$ ) (Tabela 3).

Na análise multivariada foram incluídas no modelo inicial 8948 (96,7% do total de famílias incluídas no estudo) com prevalência de trabalho infantil de 15,9%. Devido à boa adequação do modelo, avaliada através do teste de Hosmer e Lemeshow, o modelo inicial foi considerado como modelo final (Tabela 4), incluindo as variáveis número de pessoas na casa, presença do cônjuge na casa, grau de instrução materna e situação materna no mercado de trabalho. Os resultados observados coincidem com a análise univariada.

**Tabela 4** - Análise multivariada das variáveis associadas ao trabalho infantil nas famílias inscritas no BEM-BH (2003-2006)\*

Variável	Estimativa	Erro Padrão	Valor p	X <sup>2</sup>	OR (IC 95%)
<i>Quantidade de pessoas na casa (5 ou mais membros)</i>	0,671	0,080	<0,001	70,955	1,96 (1,67-2,29)
<i>Situação no mercado de trabalho (mãe com inserção trabalhista)</i>	0,201	0,068	0,003	8,714	1,22 (1,07- 1,40)
<i>Ausência do cônjuge na casa</i>	0,449	0,066	<0,001	46,04	1,57 (1,38-1,78)
<i>Grau de Instrução da mãe (referência &gt; 10 anos)</i>			<0,001	48,813	
<i>8-10 anos</i>	0,515	0,359	0,151	2,059	1,67 (0,83-3,38)
<i>3-7 anos</i>	0,587	0,332	0,077	3,120	1,80 (0,94-3,45)
<i>&lt; 3 anos</i>	0,990	0,332	0,003	8,896	2,69 (1,40-5,16)

\* N=8949 famílias.

O poder do teste calculado *a posteriori* a partir da metodologia de Hosmer e Lemeshow utilizando a variável presença do cônjuge na casa foi de 99,9%. O tamanho da amostra necessária para se obter um poder de 80% seria de 1120 famílias.

O cálculo do modelo probabilístico mostrou que a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil é de 24% em uma família com cinco ou mais pessoas no domicílio, cujo núcleo familiar é monoparental e a genitora declara inserção trabalhista e baixa escolaridade (0-3 anos de estudo). No contraponto, estão as famílias com até quatro pessoas no domicílio, com presença do cônjuge, cuja mãe não apresenta inserção trabalhista e relata escolaridade elevada (mais de 10 anos de estudo). A probabilidade de trabalho infantil nas famílias com essas características diminui para 3%.

### 3.4 Discussão

A prevalência de TI encontrada no grupo estudado está, provavelmente, subestimada devido a, pelo menos, dois fatores: 1) a qualidade da fonte dos dados sobre a ocorrência de TI em cada família, 2) os constrangimentos das famílias na declaração do evento haja vista os objetivos do BEM-BH em erradicar o TI. Apesar de subestimada, a prevalência de trabalho infantil encontrada (13,9%) é maior do que aquela descrita em uma cidade no sul do país, 10%, (FACCHINI *et al.* 2003), e maior do que a referida na população brasileira, 11,5% (IPEA, 2007). A baixa renda, condição para a participação no BEM-BH, explicaria a diferença em relação à realidade brasileira em geral. Contribui para essa explicação o achado sobre a participação das famílias estudadas em outros programas de transferência de renda.

Contudo, avaliações precedentes do BEM-BH indicam o cumprimento da meta de garantir e aumentar a frequência escolar da população alvo (PBH/UFMG, 2004) à semelhança de outros casos brasileiros (FERRO; KASSOUF, 2005; CARVALHO, 2004; NOBRE, 2003). Em uma capital localizada na região nordeste, foram observados crianças e adolescentes trabalhadores freqüentes às aulas (OLIVEIRA; FRANCISCHINI, 2003). Na região sudeste, mais de 75% dos estudantes de 11 a 19 anos matriculados em escolas públicas de duas cidades estavam inseridos no mercado de trabalho (FISCHER *et al.*, 2003).

As crianças e adolescentes matriculadas nas escolas e que mantêm suas atividades laborais encontram-se atrasadas em relação à série que deveriam estar cursando (ÁVILA, 2007; FACCHINI *et al.*, 2003; MARQUES, 2003; OIT, 2002; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001; SCHWARTZMAN, 2001). Adicionalmente, não é incomum o abandono precoce da escola (SANTANA *et al.*, 2005; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001). A evasão escolar pode ser atribuída

ao cansaço e à falta de tempo, ambos associados à dupla jornada [trabalho-escola] (OIT, 2003).

Contrariando outros estudos (CARDOSO; SOUZA, 2003; OIT, 2002; FERREIRA, 2001; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001; ADERINTO, 2000; CONLEY, 2000), quanto maior a renda familiar maior a probabilidade de trabalho infantil na população estudada. A interpretação desse dado merece cautela, pois o aumento da renda pode ser um resultado da prática de TI. É plausível supor que o trabalho infantil estaria de fato contribuindo para o aumento da renda familiar. Em situação de miséria o trabalho de crianças e adolescentes garantiria pequenos rendimentos, os quais seriam considerados significativos para aquela família (FACCHINI *et al.*, 2003).

Os resultados obtidos e a literatura consultada permitem afirmar sobre a influência dos atributos familiares na prevalência de TI. A decisão quanto à inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho está na esfera familiar. O tamanho e a estrutura familiar são características demográficas relevantes, pois famílias extensas têm maior probabilidade de TI (CARDOSO; SOUZA, 2003). Na Nigéria, as crianças em situação de trabalho de rua eram provenientes de famílias com cinco ou mais filhos (ADERINTO, 2000).

Famílias chefiadas por mulheres têm vezes mais chance de enviarem seus filhos para o trabalho. A ausência do pai foi associada ao trabalho infantil no estudo de Marques (2001). Para o autor, muitas crianças se vêem obrigadas a ajudar financeiramente a mãe quando não existe a figura paterna. Na mesma população deste estudo, Cruz & Assunção (2008) evidenciaram os vários sentidos que os sujeitos buscam para a prática do trabalho infantil. Os resultados das autoras mostraram que, principalmente, no caso de famílias monoparentais, a prática do TI está associada à geração. Sabe-se que os pais de menores que trabalham geralmente trabalham desde cedo e raramente freqüentam a escola (CRUZ; ASSUNÇÃO, 2008; MARQUES, 2001; CARDOSO; SOUZA, 2003; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

Viu-se neste estudo associação negativa entre a escolaridade da mãe e a ocorrência de trabalho infantil, ou seja, as famílias cujos genitores apresentam baixa escolaridade têm maior percentual de trabalho infantil, à semelhança dos achados de outros autores (CARDOSO; SOUZA, 2003; FERREIRA, 2001). A esse propósito, Santana *et al.* (2005) evidenciaram menor escolaridade das mães dos adolescentes do sexo masculino trabalhadores na Bahia em

comparação às mães dos não trabalhadores. Na Nigéria, Aderinto (2000) encontrou uma diferença significativa entre o nível educacional dos pais de crianças inseridas no trabalho em situação de rua quando comparado aos pais do grupo freqüente às aulas.

A escolaridade é uma variável estável. Por essa razão porta melhor capacidade explicativa de situações sociais históricas, não sendo influenciada por mudanças conjunturais. Nessa direção, autores contemporâneos sinalizam o seu caráter marcador de outras condições sociais, entre eles menciona-se a taxa de mortalidade infantil (FRICHE *et al.*, 2006; VLAHOV, 2005).

Viu-se uma maior chance de trabalho infantil quando a mãe está inserida no mercado de trabalho. É razoável supor que ao saírem de casa para trabalhar, as mães levem consigo suas crianças, principalmente, nos casos de trabalho informal. Cruz & Assunção (2008) evidenciaram estruturas de trabalho do tipo familiar organizadas em situação de rua, onde todos os membros participam sob a coordenação dos genitores. Os resultados apresentados, entretanto, estão em desacordo com os achados de Grootaert & Patrinus (1999) que associam o desemprego dos pais ao trabalho infantil relacionando-o com a escassez de recursos materiais.

### **3.5 Conclusão**

Finalmente, a probabilidade de trabalho infantil está fortemente (24%) relacionada às características familiares mencionadas (número de membros, presença do cônjuge e escolaridade e inserção trabalhista da mãe) e convoca futuras reflexões sobre a prática e alcance das políticas de transferência de renda.

O presente estudo apresenta algumas limitações que merecem ser destacadas. O delineamento transversal apresenta limitações no que se refere às inferências causais já que as informações sobre exposição e desfecho são coletadas num mesmo momento. Ressente-se da escassez de investigações sobre a prática de TI em populações inseridas em programas de transferência de renda as quais poderiam enriquecer as interpretações apresentadas. Ressalta-se o possível viés de informação, como já mencionado, pois as tentativas de erradicação do TI teriam influência sobre a declaração do fenômeno estudado.



## Referências Bibliográficas

ADERINTO, A.A. Social correlates and coping measures of street-children: a comparative study of street and non-street children in south-western Nigeria. *Child Abuse & Neglect*, [S.l.], v. 24, n. 9, p. 1199-1213, 2000.

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. *Bolsa-Escola: educação para enfrentar a pobreza*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2002. 152 p.

ÁVILA, A.S. Trabajo infantil e inasistencia escolar. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], v. 12, n. 34, p. 68-81, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Trabalho precoce: saúde em risco*. Brasília, 2000. p. 5-19.

CAMPOS, H.R.; ALVERGA, A.R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001.

CARDOSO, E.; SOUZA, A.P. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil. In: LACEA 2003 - Latin American and Caribbean Economics Association, 2003, Las Pueblas, 2003.

CARVALHO, I.M.M. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 50-61, 2004.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2006). *Panorama Social da América Latina*. Santiago del Chile, 286 p.

CONLEY, J. Child Labor – Robbing children of their youth. *Pediatric Nursing*, [S.l.], v. 26, n. 6, 2000.

CRUZ, M.N.A. *Estrutura, organização e prática do trabalho infantil em situação de rua*. 2005. paginação irregular. (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CRUZ, NA; ASSUNÇÃO, AA. Estrutura e Organização do Trabalho Infantil em Situação de Rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 17, p. 132-143, 2008.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

FACCHINI, L.A. *et al.* Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 953-961, 2003.

FERREIRA, M.A.F. Trabalho infantil e a produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 2, p. 213-225, 2001.

FERRO, A.R.; KASSOUF, A.L. Avaliação do impacto dos Programas Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, [S.l.], v. 35, n.3, 2005.

FISCHER, F.M. *et al.* Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 351-356, 2003.

FORASTIERI, V. *Children at work: health and safety risks*. Geneva: International Labour Office, 1997. 138 p.

FRANKLIN, R.N. *et al.* Trabalho precoce e riscos à saúde. *Adolescência Latinoamericana*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 80-89, 2001.

FRICHE, A.A.L. *et al.* Indicadores de saúde materno infantil em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2001: análise dos diferenciais intra-urbanos. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 1955-1965, 2006.

GROOTAERT, C.; PATRINUS, H. *The policy analysis of child labor: a comparative study*. New York: St. Martin's Press, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 252 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *PNAD 2006 primeiras análises: demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 25 p.

LAGARDE, M.; HAINES, A.; PALMER, N. Conditional cash transfers for improving uptake of health interventions in low- and mild-income countries. *Journal of American Medical Association*, [S.l.], v. 298, n. 16, p. 1900-1910, 2007.

MARQUES, M.E.; NEVES, M.A.; CARVALHO NETO, A. (Orgs.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: PUC Minas; Instituto de Relações do Trabalho, 2002. 248 p.

MARQUES, V.R.B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 57-78, 2003.

MARQUES, W.E.U. *Infâncias (pre)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Plano Editora, 2001. 279 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (MTE; SIT). *Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente*. 3. ed. Brasília, 2005. 309 p.

NOBRE, L.C.C. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersetorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 963-971, 2003.

OLIVEIRA, B.R.G.; ROBAZZI, M.L.C.C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 83-89, 2001.

OLIVEIRA, I.C.C.; FRANCISCHINI, R. A importância da brincadeira: o discurso de crianças trabalhadoras e não trabalhadoras. *Psicologia: Teoria e Prática*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 41-56, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Combate ao trabalho infanto-juvenil no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2002. 47 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil*. Brasília: OIT, 2003. p. 124-160.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *O fim do trabalho infantil: um desafio ao nosso alcance*. Brasília: OIT, 2006. 154 p.

PAGANO, M.; GAUVREAU, K. *Princípios de Bioestatística*. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 506 p.

PEARCE, N. Effect measures in prevalence studies. *Environmental Health Perspectives*, Wellington, v.112, p. 1046-1050, 2004.

PERO, V.; SZERMAN, D. The new generation of social programs in Brazil. In: UFRJ/IE SEMINÁRIOS DE PESQUISA, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: < [http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/serie\\_seminarios\\_de\\_pesquisa/the\\_new\\_generation\\_of\\_social\\_programs\\_in\\_brazil.pdf](http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/serie_seminarios_de_pesquisa/the_new_generation_of_social_programs_in_brazil.pdf) >. Acesso em 01 Nov. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (PBH/UFGM). *Perfil sócio-demográfico das crianças e adolescentes trabalhadores do Programa Bolsa Escola da PBH — MG — 1997- 2004*. Belo Horizonte: UFGM, 2004. 157p. Relatório.

SANTANA, V.S. *et al.* Adolescent students who work : gender differences in school performances and self-perceived health. *International Journal of Occupational and Environmental Health*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 294-301, 2005.

SCHIAFFINO, A. *et al.* Odds ratio o razón de proporciones? Su utilización en estudios transversals. *Gaceta Sanitaria*, Barcelona, v. 17, n. 1, p. 70-74, 2002.

SCHWARTZMAN, S. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001. 16 p.

VLAHOV, D. *et al.* Perspectives on urban conditions and population health. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21,n. 3, p. 949-957, 2005.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou associações entre características familiares e a ocorrência de trabalho infantil. O trabalho infantil é uma prática que pode ser considerada efeito das mudanças nas estruturas produtivas e familiares, e, também, indicador da eficácia da política que visa o direito a escola.

A necessidade de articular uma política compensatória para efetivar outra, básica e universal, como é o caso da educação, nasce da constatação de que a infrequência escolar tem relação direta com a pobreza<sup>27</sup>. Parte dos pobres é levada a inserir suas crianças no mercado de trabalho ou nos serviços domésticos com o objetivo de incrementar a renda familiar para sua sobrevivência. Neste raciocínio, justifica-se a efetivação de mecanismos indutores da frequência escolar, como é o caso do Programa Bolsa Escola de Belo Horizonte. A articulação da transferência de renda a famílias pobres com políticas públicas pode colaborar para a redução a pobreza e conseqüentemente da desigualdade social<sup>28</sup>.

Viu-se que, em nossa sociedade, razões não econômicas podem contribuir para prática analisada. Reconhecendo a multideterminação do trabalho infantil, o MTE expressa a sua política em combater o trabalho infantil e oportunizar a qualificação profissional aos jovens para um correto ingresso no mercado de trabalho por meio de ações integradas de diversos organismos governamentais e não-governamentais. Sob essa perspectiva, o MTE salienta o necessário contínuo exercício de convencimento, para o qual incentiva as publicações e iniciativas, divulgando dados e informações que subsidiem a árdua tarefa de combater o trabalho infantil e de proteger o trabalhador adolescente<sup>29</sup>. Assim compreendendo o fenômeno, o sucesso alcançado pelo BEM-BH quanto à frequência escolar não diminui o desafio para os gestores das políticas sociais, pois o número de crianças trabalhando diminuiu,

---

<sup>27</sup> BORGES, E. M. *Programa Bolsa Escola de Belo Horizonte: limites e possibilidades de uma política de inclusão social*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 2003. 165p.

<sup>28</sup> SILVA, M.O.S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p. 1429-1439, Nov./Dez. 2007.

<sup>29</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (MTE; SIT). *Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente*. 3. ed. Brasília, 2005. 309 p.

mas vigora em condições inaceitáveis, como é o exemplo da exploração sexual infanto-juvenil ou dos “meninos” do narcotráfico.

Alguns aparentes paradoxos evidenciados nos resultados deste estudo, como o da maior renda estar associada ao trabalho infantil, podem suscitar novos elementos para a formulação de políticas públicas. Ao contrário do que seria esperado, famílias cujas mães têm inserção trabalhista apresentam maior proporção de trabalho infantil. Seria o caso de pensar em fenômenos urbanos modulando o trabalho infantil? Este tema poderia ser objeto de futuras investigações.

Apesar das contribuições para o melhor entendimento das motivações do trabalho infantil, devem-se destacar alguns limites do estudo. Primeiramente, ressaltam-se as limitações próprias do estudo transversal no que se refere às inferências causais já que as informações sobre exposição e desfecho são coletadas simultaneamente. Com relação à fonte de dados, pode-se fazer algumas considerações: a primeira diz respeito ao viés de informação, é possível que tenha ocorrido uma subnotificação dos registros de trabalho infantil, pois a natureza proibida do trabalho infantil pode ter levado às beneficiárias a não revelarem a sua ocorrência aos técnicos da Prefeitura, mesmo não sendo critério de exclusão do Programa e a segunda relaciona-se ao fato de a fonte utilizada para a obtenção dos dados referentes às características sócio-demográficas referir-se a dados secundários. O banco de dados utilizado na análise foi constituído em tempos diferentes e gerou perdas de parte da população impossibilitando uma análise longitudinal do perfil das famílias inscritas no programa no período de 2003-2006, a qual, certamente evidenciaria elementos esclarecedores da problemática elaborada. No entanto, tais limitações foram amenizadas ou superadas pelo tamanho da população estudada.

Outra limitação se refere à dificuldade em dialogar com outros autores, já que são raros os estudos na literatura que têm como objeto crianças e adolescentes trabalhadores inseridos em um programa de transferência de renda. Vale ainda ressaltar que as conclusões não podem ser extrapoladas para a população geral tendo em vista que foi estudado um grupo de renda muito baixa inserida em uma situação específica que é o Programa Bolsa-Escola, no entanto, pode sinalizar a realidade das demais crianças e adolescentes pobres.

Assinala-se como positivo o acesso irrestrito à estrutura do BEM-BH e ao banco de dados viabilizou abordar questões a partir de dados nem sempre disponíveis em investigações semelhantes. O fato de o cadastro das famílias estar informatizado contribuiu para a coleta dos dados. No entanto, cumpre assinalar os limites deste banco mencionados acima.

Os resultados qualitativos apresentados anteriormente no bojo do projeto que originou este estudo, permitiram aprofundar a discussão dos dados obtidos principalmente no tocante às associações trabalho materno ou familiar em situação de rua e trabalho infantil. De acordo com as críticas de Cruz<sup>30</sup> há uma desarticulação dos programas de transferência de renda com políticas sociais de emprego e saúde.

A análise do BEM-BH possibilitará enriquecer o campo de interesses da saúde pública quando o objetivo é destacar os determinantes sociais do processo saúde-doença das populações. Sabe-se da importância do suporte social e familiar na proteção de inúmeras enfermidades e na redução de danos para os indivíduos, os quais depositam uma grande confiança na família sendo a primeira instituição que os indivíduos buscam quando estão em situações difíceis ou em crise.

Sugere-se rever as bases que sustentam os atuais formulários do BEM-BH, os quais poderiam viabilizar um sistema de avaliação do próprio Programa além da incorporação de questões sistemáticas sobre a ocorrência de trabalho infantil no momento da admissão da família ao Programa e também em suas avaliações periódicas. Propõe-se, no bojo do projeto que originou esta pesquisa, a realização de oficinas com os membros do BEM-BH para discutir os resultados obtidos visando ampliar o campo de avaliação e reformulação constante da política. Considerando-se o caráter urbano do programa estudado, pode-se pensar na elaboração do geoprocessamento das famílias beneficiárias com e sem registro de trabalho infantil buscando estabelecer uma correlação entre a ocorrência do trabalho infantil e as áreas de maior risco social da cidade. Nessa direção seria possível discutir os determinantes sociais e o direcionamento das estratégias de eliminação do trabalho infantil.

---

<sup>30</sup> CRUZ, M.N.A. *Estrutura, organização e prática do trabalho infantil em situação de rua*. 2005. paginação irregular. (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.



Os resultados obtidos reforçam as propostas de ação intersetoriais (saúde, educação e trabalho) e interdisciplinar tendo em vista as transformações em relação à situação econômica e social, e também as etapas do ciclo de vida das famílias beneficiadas pelo BEM-BH. A crítica sobre a imagem de família tradicional que as políticas sociais adotam poderá ser tratada. Quais seriam as necessidades das famílias caracterizadas por uma crescente complexidade e heterogeneidade dos lares e pelas mudanças dos papéis de cada um dos seus membros? Tendo evidenciado a ocorrência de trabalho infantil entre os beneficiados do BEM-BH, quais seriam os fatores macro e micro a serem abordados pela política em questão? Rever a organização do tempo de trabalho das lideranças das famílias? Esses fatores estariam modulando a entrada precoce das crianças e adolescentes no mercado de trabalho? Quais seriam as relações entre o tempo de trabalho desse grupo e a frequência à escola?

O apoio às necessidades familiares e domésticas, à semelhança do que propõe a CEPAL<sup>31</sup>, seria alvo de intervenção do BEM-BH em suas próximas etapas de consolidação? A título de exemplo, seriam contemplados na plataforma do BEM-BH os benefícios seguintes: a ampliação da atenção às crianças em idade pré-escolar, cobertura da seguridade social e assistência domiciliar para o cuidado dos enfermos e incapacitados.

Apesar das limitações, os resultados mostraram que o trabalho infantil é uma realidade dentro do BEM-BH que merece análises mais aprofundadas. Nessa direção, outros estudos metodologicamente mais elaborados, como uma coorte, ampliarão a compreensão do fenômeno e podem contribuir para a avaliação da estrutura e das metas do BEM-BH. Em suma, a avaliação das políticas sociais é fundamental para corrigir possíveis distorções, aprimorar as estratégias e mensurar os efeitos na resolução dos problemas focalizados.

---

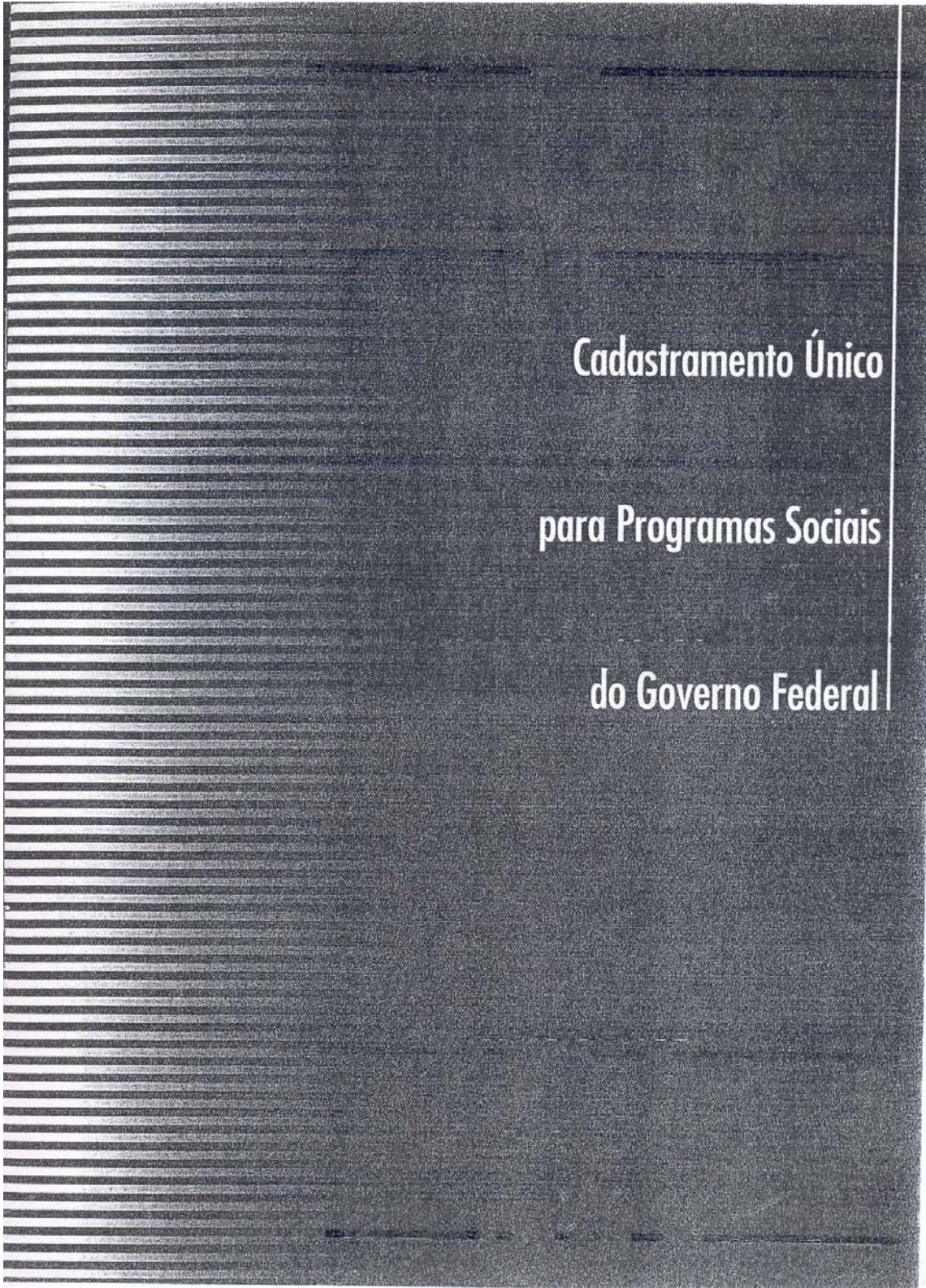
<sup>31</sup> Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). *Panorama Social da América Latina*. Santiago del Chile: United Nations, 2006. 286 p.

**APÊNDICE**

---

**FICHA DO CADASTRAMENTO ÚNICO PARA  
PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL**

---



**Cadastramento Único**

**para Programas Sociais**

**do Governo Federal**

## Instruções Gerais

**Senhor Entrevistador, a seguir estão descritas algumas orientações que devem ser rigorosamente observadas no momento da pesquisa:**

### 1 Como entrevistar:

- Ler, integral e pausadamente todas as perguntas, respeitando a ordem em que aparecem nos formulários. Caso o entrevistado tenha dificuldade, ajude-o a compreender a pergunta, sem induzi-lo à resposta.

### 2 Como preencher o caderno:

- Preencher todos os campos do formulário com caneta esferográfica azul ou preta, de forma legível;
- manusear o caderno com cuidado: não dobrar, não amassar, não molhar e não destacar as folhas;
- escrever com letra firme e segura, respeitando os limites dos campos a serem preenchidos e ao corrigir uma anotação de qualquer natureza, alterá-la sem deixar marcas que possam confundir a leitura.
- Caso necessário abreviar nome da pessoa ou filiação, manter o primeiro e o último nome, abreviando os nome intermediários.
- Só poderá ser preenchido formulário oficial fornecido pela CAIXA. Os formulários constantes deste caderno não poderão ser copiados ou reproduzidos em gráfica.

### 3 Quem deve ser relacionado:

- Registrar todos os moradores residentes nas unidades domiciliares.  
A pessoa que, na data do cadastramento, por conveniência ou obrigação, dormiu no local de trabalho (empregado doméstico, médico, enfermeiro, militar, trabalhador de obras, trabalhador sazonal etc.) mas que, habitualmente, retorna à sua residência deve ser cadastrado em seu domicílio.
- Caso no mesmo domicílio resida mais de uma família, preencher, preferencialmente, um caderno para cada família.
- Quando não encontrar uma pessoa qualificada para responder a entrevista, informar-se sobre os horários em que poderá encontrá-la, deixando um recado fixando o dia e a hora em que voltará para obter as informações.
- No caderno de *Identificação do Domicílio e da Família* consta a Lista de moradores do domicílio. Esta lista deve ser preenchida com o nome de todos os integrantes da mesma **família**.
  - ✦ Família com até 05 pessoas - utilizar somente um caderno para a coleta das informações.
  - ✦ Família que ultrapassar a quantidade de 05(cinco) pessoas deve, obrigatoriamente, utilizar os formulários avulsos de Identificação da Pessoa, transcrevendo o código domiciliar do caderno para o(s) formulário(s) avulso(s) e anexando-o(s).

### 3 Como encerrar a entrevista:

- Ao encerrar a entrevista verifique se os formulários estão rigorosamente preenchidos, peça que o responsável assine o caderno de *Identificação do Domicílio e da Família* e agradeça a colaboração do morador. Caso o entrevistado não saiba assinar registre o nome dele, antecedido da expressão: A ROGO (Expressão jurídica utilizada para indicar que a identificação, substituindo a assinatura, foi delegada a outrem).

**CAIXA**
**Cadastramento Único para Programas Sociais  
do Governo Federal -  
Identificação do Domicílio e da Família**
**GOVERNO  
FEDERAL**  
Trabalhando em todo o Brasil
**1 - Dados de controle**

101 - Tipo Doc. 0 1	102 - Nº de ordem 0 0	103 - Data da pesquisa	104 - Número de Identificação Social - NIS do entrevistador	Código domiciliar 011087332
105 - Nome do entrevistador			106 - CNPJ da Prefeitura/Orgão/Empresa	107 - Modalidade 1 - Inclusão 2 - Alteração

**Atenção básica à saúde**

108 - Nome de estabelecimento de assistência à saúde	109 - Código EAS/MS
--	---------------------

**2 - Identificação do domicílio e da família****Endereço**

201 - CEP	Logradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa etc.)		204 - Número
202 - Tipo		203 - Nome	
205 - Complemento		206 - Bairro	207 - UF
208 - Nome do município		209 - DDD	210 - Telefone para contato

**Características do domicílio**

211 - Tipo de localidade 1 - Urbana 2 - Rural	212 - Domicílio coberto por 1 - PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde 2 - PSF - Programa de Saúde da Família	3 - Similares ao PSF 4 - Outro	213 - Situação 1 - Próprio 2 - Alugado 3 - Arrendado 4 - Cedido 5 - Invasão 6 - Financiada 7 - Outra
214 - Tipo 1 - Casa 2 - Apartamento	3 - Cômodos 4 - Outro	215 - Número de cômodos	216 - Tipo de construção 1 - Tijolo/Alvenaria 2 - Adobe 3 - Taipa revestida 4 - Taipa não revestida 5 - Madeira 6 - Material aproveitado 7 - Outro
217 - Tipo de abastecimento de água 1 - Rede pública 2 - Poço/Nascente 3 - Carro pipa 4 - Outro	218 - Tratamento de água 1 - Filtração 2 - Fervura 3 - Cloração 4 - Sem tratamento 5 - Outro	219 - Tipo de iluminação 1 - Relógio próprio 2 - Sem relógio 3 - Relógio comunitário 4 - Lâmpião 5 - Vela 6 - Outro	
220 - Escoamento sanitário 1 - Rede pública 2 - Fossa rudimentar 3 - Fossa séptica 4 - Vale 5 - Céu aberto 6 - Outro	221 - Destino do lixo no domicílio 1 - Coletado 2 - Queimado 3 - Enterrado 4 - Céu aberto 5 - Outro	222 - Quantidade de pessoas	223 - Quantidade de mulheres grávidas
		224 - Quantidade de mães amamentando	225 - Quantidade de deficientes

**Lista de pessoas residentes no domicílio**

Nº de ordem	Nome	Nº de ordem	Nome
01		07	
02		08	
03		09	
04		10	
05		11	
06		12	

**3 - Autenticação**

Assumo a responsabilidade pela veracidade das informações aqui prestadas.

301 - Assinatura do entrevistado

302 - Assinatura do entrevistador

303 - Assinatura do representante da Prefeitura/Orgão responsável pelo cadastramento

31.090 v02



Cadastramento Único para Programas Sociais  
do Governo Federal  
Identificação da Pessoa



1 - Dados de controle

101 - Tipo Doc.

102 - Número de ordem da pessoa

103 - Modalidade

1 - Inclusão  
2 - Alteração

Código domiciliar

2 - Identificação da pessoa

201 - Nome completo da pessoa sem abreviações. Caso necessário abreviar, vide instruções.

202 - Data de nascimento

203 - Sexo

1 - Masculino  
2 - Feminino

204 - Nacionalidade

1 - Brasileira 3 - Estrangeira  
2 - Brasileiro naturalizado

205 - País de origem (se estrangeiro)

206 - Data de chegada ao Brasil

207 - Cód. IBGE munic.nasc.

208 - UF munic. nasc.

209 - Nome do município de nascimento

210 - Nome completo do pai (sem abreviações)

211 - Nome completo da mãe (sem abreviações)

212 - Estado civil

1 - Solteiro(a) 3 - Divorciado(a) 5 - Viúvo(a)  
2 - Casado(a) 4 - Separado(a)

213 - Se o(a) esposo(a) ou o(a) companheiro(a) reside no domicílio, informar o nº de ordem correspondente, se não reside, informar 99

214 - Tipo de deficiência (assinalar com "X")

Cegueira  Mudez  Surdez  Mental  Física  Nenhuma  Outro

215 - Raça/Cor

1 - Branca 3 - Parda 5 - Indígena  
2 - Negra 4 - Amarela

Documentos

216 - Número de Identificação Social - NIS

217 - Certidão civil tipo

91 - Nascimento  
92 - Casamento

218 - Número termo

219 - Livro

220 - Folha

221 - Data de emissão

222 - UF

223 - Nome do cartório (órgão emissor)

Documento de identidade

224 - Número

225 - Complemento

226 - Data de emissão

227 - UF

228 - Sigla do órgão emissor

Carteira de Trabalho e Previdência Social

229 - Número

230 - Série

231 - Data de emissão

232 - UF

233 - CPF

Título de eleitor

234 - Número

235 - Zona

236 - Seção

**Qualificação escolar**

237 - Frequente escola

- 1 - Pública municipal  
 2 - Pública estadual  
 3 - Pública federal  
 4 - Particular  
 5 - Outra  
 6 - Não frequenta

238 - Grau de instrução

- 1 - Analfabeto  
 2 - Até 4ª série incompleta do ensino fundamental  
 3 - Com 4ª série completa do ensino fundamental  
 4 - De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental  
 5 - Ensino fundamental completo  
 6 - Ensino médio incompleto

7 - Ensino médio completo

- 8 - Superior incompleto  
 9 - Superior completo  
 10 - Especialização  
 11 - Mestrado  
 12 - Doutorado

239 - Série escolar

- 1 - Maternal I  
 2 - Maternal II  
 3 - Maternal III  
 4 - Jardim I  
 5 - Jardim II

6 - Jardim III

- 7 - CA (alfabetização)  
 8 - 1ª série do ensino fundamental  
 9 - 2ª série do ensino fundamental  
 10 - 3ª série do ensino fundamental

11 - 4ª série do ensino fundamental

- 12 - 5ª série do ensino fundamental  
 13 - 6ª série do ensino fundamental  
 14 - 7ª série do ensino fundamental  
 15 - 8ª série do ensino fundamental

16 - 1ª série do ensino médio

- 17 - 2ª série do ensino médio  
 18 - 3ª série do ensino médio

240 - Nome da Escola

241 - Código censo INEP

**Qualificação profissional**

242 - Situação no mercado de trabalho

- 1 - Empregador  
 2 - Assalariado com carteira de trabalho  
 3 - Assalariado sem carteira de trabalho

4 - Autônomo com previdência social

- 5 - Autônomo sem previdência social  
 6 - Aposentado/Pensionista

7 - Trabalhador rural

- 8 - Empregador rural  
 9 - Não trabalha

10 - Outra

243 - Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego

244 - CNPJ/CEI da empresa

245 - Data de admissão

246 - Ocupação

247 - Remuneração deste emprego

248 - Renda de aposentadoria/pensão

R\$

249 - Renda de Seguro-Desemprego

R\$

250 - Renda de pensão alimentícia

R\$

251 - Outras rendas

R\$

**Características da família**

252 - Tempo de moradia

 (Ano(s)) (Mês(es))**Despesas mensais da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)**

253 - Aluguel

R\$

254 - Prestação habitacional

R\$

255 - Alimentação

R\$

256 - Água

R\$

257 - Luz

R\$

258 - Transporte

R\$

259 - Medicamentos

R\$

260 - Gás

R\$

261 - Outras despesas

R\$

262 - Número de pessoas que vivem da renda desta família

**Relação familiar**

263 - Nº de ordem da mãe/responsável legal da família.

264 - Parentesco em relação a mãe/responsável legal da família, se o próprio, informar 01

265 - Se reside com o pai informar o número de ordem do pai, se não, informar 99.

**Parentescos**

- 01 - Mãe/responsável legal  
 02 - Esposo(a)  
 03 - Companheiro(a)  
 04 - Filho(a)  
 05 - Pai

- 06 - Avó/Avô  
 07 - Irmão/Irmã  
 08 - Cunhado(a)  
 09 - Genro/Nora  
 10 - Sobrinho(a)

- 11 - Primo(a)  
 12 - Sogro(a)  
 13 - Neto(a)  
 14 - Tio(a)  
 15 - Adotivo(a)

- 16 - Padrasto/Madrasta  
 17 - Enteado(a)  
 18 - Bisneto(a)  
 19 - Sem parentesco  
 20 - Outro

266 - Se reside com a mãe informar o número de ordem da mãe, se não, informar 99.

267 - Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica?

- 1 - Pai/Mãe  
 2 - Irmão/Irmã  
 3 - Avó/Avô  
 4 - Sozinho  
 5 - Creche  
 6 - Outro

268 - Se grávida, informar mês de gestação

269 - Amamentando

- 1 - Sim  
 2 - Não

270 - Participa de algum programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social? (assinalar com "X")

 Bolsa Criança Cidadã - PETIData de inclusão Tipo de benefício  1 - Rural  
 2 - UrbanoValor do benefício - R\$  Agente JovemData de inclusão  LOAS/BPC Previdência Rural Outro  Bolsa Escola Bolsa Alimentação Nenhum PRONAF PROGERData de início de participação 271 - Beneficiário prioritário para o Programa Bolsa Alimentação  1 - Sim  
 2 - Não



**ANEXOS**

---

**- ANEXO A -**

---

**FOLHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA**

UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - COEP

**Parecer nº. ETIC 073/04**

**Interessada: Profa. Dra. Ada Ávila Assunção**  
**Faculdade de Medicina - UFMG**

**DECISÃO:**

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP após cumprimento das solicitações da diligência, aprovou no dia 01 de julho de 2004 o projeto de pesquisa intitulado « **Infância, Trabalho e Saúde: O Caso do Programa Bolsa Escola de Belo Horizonte.** » e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do referido projeto.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto.

*Henrique Pimenta Barroso Magalhães*  
**Prof. Dr. Henrique Pimenta Barroso Magalhães**  
**Vice-Presidente do COEP/UFMG**

**- ANEXO B -**

---

**CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO**



FACULDADE DE MEDICINA  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Prof. Alfredo Balena 190 / sala 7009  
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-100  
Fone: (031) 3248.9641 FAX: (31) 3248.9640



**Ata do exame de qualificação a que se submeteu a mestranda Michelle dos Santos Diniz.**

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e seis, convocada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - Área de Concentração em Saúde e Trabalho, compareceu a mestranda **MICHELLE DOS SANTOS DINIZ** para submeter-se ao exame de qualificação com o projeto de dissertação intitulada: **“A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS”**, perante a Comissão Examinadora composta pelos professores: Janete Ricas - UFMG, Waleska Teixeira Caiassa - UFMG e Davidson Pires de Lima - UFMG. Participou também da sessão, a Profa, Ada Ávila Assunção orientadora da dissertação. A sessão iniciou-se às dez horas, na sala 9017-A, 9º andar da Faculdade de Medicina com a presença dos professores acima citados. Após a exposição da candidata, os professores participantes da Comissão Examinadora fizeram comentários sobre a apresentação oral, do conteúdo, relevância, metodologia e viabilidade do Projeto. Após a arguição a banca examinadora considerou o Projeto coerente e a aluna apta a prosseguir a sua investigação. Para constar, lavrou-se a presente ATA, que segue assinada pela comissão examinadora. Belo Horizonte, 01 de setembro de 2006.

Profa. Ada Ávila Assunção/orientadora Ada Ávila Assunção

Profa. Janete Ricas Janete Ricas

Profa. Waleska Teixeira Caiassa Waleska Caiassa

Prof. Davidson Pires de Lima Davidson Pires de Lima

Prof. Mark Drew Crosland Guimarães (coordenador) Mark Drew Crosland Guimarães

PROF. MARK DREW CROSLAND GUIMARÃES  
Coordenador do Programa de  
Pós-Graduação em Saúde Pública